

2005_09_29

Valor Econômico

Especial Energia

Índice setorial contrapõe empresários e governo

De São Paulo

Estudo encomendado pelo Ministério de Minas e Energia à Fundação Getúlio Vargas poderá servir de base para a elaboração de um novo índice setorial para os contratos do setor elétrico. Segundo o Valor apurou, o prazo de entrega do documento ao governo foi postergado de dezembro para junho de 2006. A intenção do governo, que vem desde a implementação do novo modelo em 2004, é ter um indicador menos volátil que o IGP-M e que reflita a realidade do setor.

Apesar de se manter em pauta, há obstáculos para que este índice entre em vigor ainda neste governo. Se ficar pronto até o fim do primeiro semestre de 2006, o governo não deverá implementá-lo sem antes fazer consultas. Esse foi um ponto colocado pela então ministra de Minas e Energia, Dilma Rousseff. O novo indicador deverá ser apresentado a investidores, empresas e financiadores para discussão. A julgar pelas reações iniciais dos empresários deverão ser feitas uma série de observações antes de aprovar uma mudança tão importante.

A negociação pode se estender por um período em que a corrida presidencial estará na pauta de todos. Mudar o índice em ano eleitoral implica o risco de que ele possa ser mudado já em 2007. "Vejo chances baixíssimas de que ele seja aplicado em 2006", afirma o presidente de uma empresa elétrica.

Reuniões de técnicos da FGV e empresários para debater o novo indicador foram feitas. Em junho, por exemplo, num encontro entre representantes de geradoras, distribuidoras e consumidoras houve diversas críticas à adoção do índice, que, para os executivos, implicaria em aumento de custos para o setor.

Uma das principais vozes contrárias à mudança é a do presidente da Câmara Brasileira de Investidores de Energia Elétrica (CBIEE), Cláudio Sales. Para ele, a adoção de um índice desse tipo seria um fator de risco a mais que teria de ser assumido pelo consumidor. **(R.R.)**